



Expediente:
Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte - FEMURN

DIRETORIA
BIÊNIO 2021-2022.

Presidente: Anteomar Pereira da Silva (Babá) - Prefeito de São Tomé
1º Vice-presidente: Júlio César Soares Câmara - Prefeito de Ceará-Mirim
2º Vice-presidente: Luciano Silva Santos - Prefeito de Lagoa Nova
3º Vice-presidente: Valdenício José da Costa - Prefeito de Tibau do Sul
4º Vice-presidente: Marina Dias Marinho - Prefeita de Jandaíra
5º Vice-presidente: Kerles Jácome Sarmento - Prefeito de Marcelino Vieira
1º Secretário: Ivanildo Ferreira Lima Filho - Prefeito de Santa Cruz
2º Secretário: Jéssica Lourine de Assis Amorim - Prefeita de Almino Afonso
1º Tesoureiro: Clécio da Câmara Azevedo - Prefeito de Bom Jesus
2º Tesoureiro: José Renato Teixeira de Souza - Prefeito de São Miguel do Gostoso

CONSELHO FISCAL:

1 - Sérgio Fernandes de Medeiros - Prefeito de Serra Negra do Norte
2 - Francisca Shirley Ferreira Targino - Prefeita de Messias Targino
3 - Conceição de Maria Gomes Lisboa Rocha - Prefeita Caiçara do R do vento

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1 - Manoel dos Santos Bernardo - Prefeito de João Câmara
2 - Osivan Sávio Nascimento Queiroz - Prefeito de Lagoa Salgada
3 - Sonyara de Souza Ribeiro Ferreira - Prefeita de Lagoa de Velhos

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 37, DE 28 DE JULHO DE 2021

Decreta luto oficial no Município de Acari em virtude do falecimento de Maria José Mamede Galvão.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN, usando das atribuições conferidas pelos dispositivos constantes na Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o falecimento da educadora **MARIA JOSÉ MAMEDE GALVÃO**, ocorrido na manhã desta quarta-feira, 27 de julho de 2021;

CONSIDERANDO os relevantes serviços prestados por **MARIA JOSÉ MAMEDE GALVÃO**, no exercício das suas atividades nos serviços públicos municipal, estadual e federal, bem como pela sua participação na vida educacional e cultural deste Município de Acari onde atuou como educadora, escritora, poetisa e diretora do Grupo Escolar Tomaz de Araújo;

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado **LUTO OFICIAL**, por (03) três dias, no Município de Acari em sinal de pesar pelo falecimento de **MARIA JOSÉ MAMEDE GALVÃO**.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se.
Publique-se.
Dê-se ciência.

Acari/RN, 28 de julho de 2021.

FERNANDO ANTONIO BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:86FB3F58

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA

GABINETE DO PREFEITO
DECISÕES ADMINISTRATIVO SOBRE O RECURSO

DECISÃO ADMINISTRATIVO SOBRE O RECURSO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR O SERVIÇO DE REFORMA DO ESTADIO MUNICIPAL, COM IMPLANTAÇÃO DE GRAMADO, SISTEMA DE IRRIGAÇÃO E ALAMBRADO DESTA MUNICÍPIO DE AFONSO BEZERRA/RN.

I – DA TEMPESTIVIDADE

Recurso apresentado nos autos da licitação na modalidade Tomada de Preços nº 002/2021, contra a decisão que Inabilitou a empresa recorrente PRAXIS CONSTRUTORA LTDA, CNPJ: 17.784.837/0001-71.

No que se refere a tempestividade, o recurso apresentado é tempestivo, tendo a empresa recorrente apresentado o mesmo dentro do prazo legal, considerando que a publicação do resultado da habilitação/inabilitação foi publicada no Diário Oficial do Município (FEMURN), dia **09/07/2021**, e o recurso apresentado em **08/07/2021**. Conforme art. 109 da Lei 8.666/93.

II - DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

A empresa “PRAXIS CONSTRUTORA LTDA”, inscrita no CNPJ nº 17.784.837/0001-71, apresentou suas razões requerendo a sua habilitação, alegando em resumo: que houve excesso de formalismo e que foi violado o caráter competitivo e consequentemente o princípio da competitividade, tendo a licitante demonstrado de forma cabal os acervos técnicos (Doc.4), acrescentou-se que a imposição de exigência nunca poderão ultrapassar o limite da necessidade e que exigência desproporcional é um meio indireto de restrição a participação, bem como questionamento exigir objeto idêntico ao objeto da licitação.

III – DA ANALISE

Com o presente estamos analisando, o procedimento licitatório na modalidade Tomada de Preços Nº. 002/2021 “A Comissão Permanente de Licitação Reserva-se o direito de habilitar ou inabilitar, o que foi constatado após análise da referida habilitação na sessão no dia 02/07/2021 a qual constatamos que a licitante PRAXIS CONSTRUTORA LTDA descumpriu o edital item 3.4 – Qualificação

MARIA GILVANEIDE PIRES DE SOUZASecretária Municipal de Saúde
Portaria Nº 011/2021 – GP**Publicado por:**
Maria Gilvaneide Pires de Souza
Código Identificador:0D45B726**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE****PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 389/2021 - FMS****PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 389/2021 - FMS**

Concede diária a(o) servidor(a) e dá outras providências.

O Fundo Municipal de Saúde através da Secretaria Municipal de Saúde de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 03/2017 de 03 de fevereiro de 2017 e suas alterações e considerando o Memorando nº 570/2021 - Secretaria Municipal de Saúde.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária SEM PERNOITE no valor de R\$ 30,00 (trinta reais) cada, a(o) servidor (a) **FRANCO RENNY TOMAZ DANTAS** portador do CPF/RG Nº 044.433.664-82, ocupante da função de **Motorista** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **SANTA CRUZ/RN**, no dia **22 de Julho de 2021**, saindo as **10:15** e retornando as **20:10 horas**, com o objetivo de acompanhar paciente de urgência e emergência aos hospitais.

Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Tenente Laurentino Cruz/RN, **28 de Julho de 2021**.**MARIA GILVANEIDE PIRES DE SOUZA**Secretária Municipal de Saúde
Portaria Nº 011/2021 – GP**Publicado por:**
Maria Gilvaneide Pires de Souza
Código Identificador:E53409CB**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE****PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 390/2021 - FMS****PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 390/2021 - FMS**

Concede diária a(o) servidor(a) e dá outras providências.

O Fundo Municipal de Saúde através da Secretaria Municipal de Saúde de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 03/2017 de 03 de fevereiro de 2017 e suas alterações e considerando o Memorando nº 571/2021 - Secretaria Municipal de Saúde.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária SEM PERNOITE no valor de R\$ 30,00 (trinta reais) cada, a(o) servidor(a) **GERALDA DOMINGOS DA SILVA LIMA** portador (a) do CPF/RG Nº 038.245.214-31, ocupante da função de **Técnica de Enfermagem** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **SANTA CRUZ/RN**, no dia **22 de Julho de**

2021, saindo as **10:15** e retornando as **20:10 horas**, com o objetivo de acompanhar paciente de urgência e emergência aos hospitais.

Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Tenente Laurentino Cruz/RN, **28 de Julho de 2021**.**MARIA GILVANEIDE PIRES DE SOUZA**Secretária Municipal de Saúde
Portaria Nº 011/2021 – GP**Publicado por:**
Maria Gilvaneide Pires de Souza
Código Identificador:F9FFCF0B**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU****GABINETE DA PREFEITA DE TIBAU - SEGAP
DECRETO MUNICIPAL Nº 071/2021 DE 28 DE JULHO DE
2021****CONVOCAÇÃO PARA A VII CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO
MUNICÍPIO DE TIBAU/RN E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

A **Prefeita Municipal de Tibau/RN** em conjunto com a **Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social**, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a VII Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 05 de agosto de 2021, na Câmara Municipal de Tibau/RN, no horário de 08h00min às 16h00min tendo como tema central: “As-sistência Social: Direito do Povo e Dever do Estado, com financiamento público, para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social”.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** deste município.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tibau/RN, em 28 de julho de 2021

LIDIANE MARQUES DA COSTA

Prefeita Municipal

Publicado por:
Luiz Nazareno de Souza
Código Identificador:C82719BF**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS****GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 435/2021, DE 28 DE JULHO DE 2021 - ANEXO I**

ANEXO I

DETALHAMENTO ANALÍTICO DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS - EXERCÍCIO DE 2022.**NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS**

- 1 - Implantação de Programa de Qualificação e Incentivo à produtividade dos servidores públicos municipais;
- 2 - Implantação de ferramentas para obter eficiência e clareza na arrecadação e maior transparência nos gastos públicos;
- 3 - Criação do Plano de Carreira do Servidor Público Municipal;
- 4 - Criação do Programa “Cidadão Tem Voz”, o qual parte da premissa que o gestor irá ouvir todos os segmentos da sociedade e planejar as obras e ações com foco nas reais necessidades e anseios da população;
- 5 - Desenvolver formas eficazes para atender o público com serviços online (via internet), além do presencial, como disponibilização de aplicativos de serviços públicos digitais e digitalização do cadastro de servidores e do acervo normativo municipal;
- 6 - Dar autonomia ao secretariado para realização das suas atribuições, agregando melhores formas de execução com a constante fiscalização de metas, resultados e avaliação de desempenho;
- 7 - Criação por lei do “Plano Diretor” e do “Código de Obras”;
- 8 - Criação do plano de acessibilidade e mobilidade com pessoas portadoras de necessidades especiais;
- 9 - Promover a Regularização Fundiária dos imóveis urbanos e rurais com sua legalização e valorização.

NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E ARRECADAÇÃO

- 1 - Manutenção de regularidade nos repasse de recursos financeiros à Câmara Municipal;
- 2 - Adoção de medidas voltadas à contenção de despesas em toda a administração municipal, cumprindo critérios de eficiência, eficácia e de melhor custo-benefício nas aquisições de materiais, contratação de obras e serviços e outros encargos;
- 3 - Adaptação e atualização do Código Tributário Municipal;
- 4 - Esforço na cobrança e arrecadação de todos os tributos de competência municipal, inclusive com ajuizamento de execução judicial quando esgotada a esfera administrativa e amigável e apresentação do Projeto de Lei de Recuperação Fiscal (REFIS);
- 5 - Manutenção de regularidade nos pagamentos de obrigações para com servidores, fornecedores, encargos previdenciários e tributários e precatórios judiciais;
- 6 - Informatização do Setor de Tributação e Arrecadação;
- 7 - Agregar os setores de Controladoria, Finanças, Contabilidade e Licitação em um espaço com melhor comodidade desses serviços;
- 8 - Continuidade das divulgações com eficiência e eficácia do Portal da Transparência.

NA ÁREA DE ATUAÇÃO DO GABINETE CIVIL

- 1 - Informatização dos setores internos do Gabinete do Prefeito;
- 2 - Adquirir veículos e equipamentos necessários à execução das atividades e serviços desenvolvidos pelo Gabinete do Prefeito, com o fim de melhor assistir a população municipal;
- 3 - Patrocinar cursos de capacitação continuada dos funcionários públicos municipais diretamente vinculados ao Gabinete do Prefeito;
- 4 - Manutenção de Convênio com a CNM, FEMURN, AMS, entre outros;
- 5 - Estímulo a intercâmbios com Ministérios Federais e Secretarias Estaduais na busca de convênios para atender às necessidades dos municípios;
- 6 - Estimular políticas de aproximação do gabinete com a população.
- 7 - Contribuir, juntamente com as demais Secretarias, com ajudas financeiras e ou materiais consoante os programas municipais de combate à pobreza;
- 8 - Execução e articulação de convênios e programas federais.
- 9 - Implantação do Memorial Municipal dos ex-gestores.

NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- 1 - Manter e ampliar a cobertura à população de educação fundamental e pré-escolar, bem como estimular o programa de alfabetização de jovens e adultos;
- 2 - Ampliação da cozinha e construção do refeitório na Escola Municipal Paulino Batista para proporcionar maior conforto e agilidade na execução do trabalho e melhores condições para os alunos realizarem as refeições;
- 3 - Ampliação e aprimoramento dos parques infantis nas creches do nosso município, garantindo maior desenvolvimento cognitivo das crianças, visto que o mesmo ajuda na coordenação motora e na socialização;
- 4 - Implementação do programa Educação Virtual, o qual consistirá em internet grátis para todas as escolas como forma de possibilitar maior comunicação entre os alunos;
- 5 - Fortalecer o acompanhamento da Escola com as famílias de alunos que estejam fora de sala de aula e que apresentem baixo rendimento escolar;
- 6 - Promover a formação continuada do corpo docente e dos demais servidores da educação;
- 7 - Intensificar a participação dos grupos de apoio do CRAS (Psicólogo, Assistente Social, Pedagogo e outros) e do Conselho Tutelar junto às Escolas;
- 8 - Programa “Aluno Mil” o qual parte da premissa de ajudar os estudantes pró- Enem e pró- IFRN, através da oferta de cursinhos preparatórios;
- 9 - Elaboração e execução de projetos pedagógicos que visem reduzir a evasão escolar, diminuindo o nível de reprovação, elevando o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB;
- 10 - Transporte Infantil urbano o qual beneficiará as famílias que moram nos bairros periféricos.
- 11 - Inclusão de ônibus escolar para todos (rota Caicó) garantindo maior segurança e qualidade no transporte além de contribuir para progresso educacional do nosso município;
- 12 - Aquisição de novos equipamentos eletrônicos para escolas – como computador e projetor – o que permitirá aos profissionais maior leque para execução de suas metodologias de ensino;
- 13 - Manutenção da assistência ao Educando, através de alimentação escolar, transporte, material didático, fardamento, doação de kit escolar;
- 14 - Adquirir e instalar um sistema de monitoramento com câmeras de segurança nos prédios escolares;
- 15 - Programa de bolsas de estudos para os estudantes aos quais a se enquadrem nos critérios socioeconômicos e méritos acadêmicos estipulados;
- 16 - Desenvolvimento de atividades esportivas e culturais na rede escolar e com a abrangência de toda a sociedade;
- 17 - Eleições democráticas para direção das escolas municipais.
- 18 - Incentivo, aperfeiçoamento e valorização dos profissionais de educação com cursos de formação continuada e especialização nas devidas áreas;
- 19 - Aquisição de veículo próprio para a atender às necessidades da Secretaria de Educação;
- 20 - Desenvolver parcerias com profissionais de saúde, através da Secretaria Municipal de Saúde, para fornecimento de treinamento aos professores em caso de urgências, além de acompanhamento psicólogo nas escolas municipais;
- 21 - Construção da Biblioteca Municipal, dispondo de um laboratório de informática.

NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTES, TURISMO, EVENTOS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

- 1 - Apoiar, estimular e divulgar o folclore, com fins de preservar as manifestações e tradições culturais locais;
- 2 - Estímulo aos Programas de Incentivo as Atividades Culturais como coral, dança, capoeira, passeios, torneios culturais, apoio ao teatro, grupos musicais e folclóricos;

3 - Revitalização e ampliação das bibliotecas escolares com aquisição de novos livros didáticos e coleções com o intuito de atrair e incentivar a leitura das crianças e jovens;

4 - Promover intercâmbios educacionais como gincanas, eventos e seminários entre municípios;

5 - Disponibilizar áreas públicas para que os artistas possam difundir e promover sua arte;

6 - Promover e estimular o acesso a eventos educativos, esportivos, de lazer e entretenimento aos estudantes através das carteiras estudantis de meia- entrada, assim como também em passagens nos transportes intermunicipais;

7 - Promover renda e emprego com o estímulo à implantação de fábricas de costura para fomentar esta atividade produtiva tão difundida em Timbaúba dos Batistas;

8 - Construção da Sede da Filarmônica Municipal.

9 - Incentivar crianças, jovens, adultos e idosos às práticas esportivas;

10 - Ampliar as atividades esportivas, com a inclusão de novas modalidades, a exemplo de vôlei/handebol, atletismo, ciclismo/eco pedal, natação/hidroginástica, artes marciais, funcional/crossfit;

11 - Construção de praça poliesportiva;

12 - Desenvolver torneios de futebol (masculino e feminino), atletismo, vôlei e natação atraindo a participação do público no município e da região, fomentando a economia do local;

13 - Reforma e ampliação do campo de futebol com inclusão de vestiários, banheiros, arquibancadas, gramado e iluminação;

14 - Desenvolver os Projetos “Craque na Escola” e “Mesa do Tênis”;

15 - Viabilizar parcerias com clubes grandes e suas respectivas escolas de base afim de atrair mais jovens à prática esportiva e a sua profissionalização;

16 - Aquisição e distribuição permanente de materiais esportivos;

17 - Reforma e revitalização das quadras esportivas e poliesportivas aumentando o conforto, iluminação e vida útil o que permitirá o uso com mais segurança e bem-estar social;

18 - Proporcionar melhores condições, garantindo maior autonomia de trabalho aos profissionais envolvidos nos esportes;

19 - Apoiar os jovens em torneios interestaduais e intermunicipais com custeio de transporte, alimentação e hospedagem;

20 - Inclusão das artes marciais como atividade esportiva;

21 - Mapear, sinalizar, desenvolver e aprimorar os pontos turísticos urbanos e rurais, com estímulo ao turismo ecológico, com demarcações de trilhas e camping para fomentar a economia municipal;

22 - Resgatar e apoiar eventos culturais/tradicionais do município, a exemplo da festa de emancipação política, corrida de jegue e festa de São Severino Mártir.

23 - Tornar pública e turística as riquezas arqueológicas do município, como as pinturas rupestres localizadas no Sítio Pintado;

24 - Criação do programa “Família na Praça” com o intuito de garantir maior socialização e interação da população através de eventos culturais em praça pública;

25 - Divulgar, em mídia impressa e digital, o calendário turístico do município, detalhando os eventos e locais;

26 - Viabilizar cursos profissionalizantes para jovens (SENAI, SENAC, SENAR e SESC);

27 - Aprimorar e dar apoio à Filarmônica Eline Julião através da compra de novos instrumentos, além do seu conserto e manutenção, oportunizando aos jovens do município a possibilidades de uma profissão;

28 - Procurar parcerias com entidades e com o Governo Estadual para valorizar os artesãos do município, proporcionando maior visualização a nível estadual e, conseqüentemente, geração de renda;

29 - Apoiar as Associações de Bordadeiras e/ou outros tipos de artesanato, nas feiras de artesanato: municipais, intermunicipais, interestaduais e nacionais;

30 - Elaborar o Calendário Anual de Eventos Municipais para fins de atrações turísticas;

31 - Desenvolver um cadastro oficial com todos os artesãos do município, proporcionado total apoio para a preservação de uma cultura tão rica;

32 - Criar um site oficial para divulgar e fomentar os produtos e as feiras artesanais do município, possibilitando vendas diretas e/ou online, tais como: bordados, doces, bolos, entres outros;

33 - Inserir o município como a terra dos bordados, da linguiça caseira e da batida de castanha;

34 - Implementação de sinal de TV Digital para o município, oportunizando as famílias carentes uma transmissão televisiva com sinal de qualidade;

35 - Construir “A casa das Artes”, prédio específico para o desenvolvimento integrado de manifestações culturais com auditórios e salas apropriadas incentivando os talentos artísticos para que possam se capacitarem, produzirem e comercializarem seus trabalhos, de pinturas, artesanato, literário e musical;

36 - Criar conselhos e fundos municipais e dar amplo suporte nas atividades desempenhadas pelos futuramente criados e aos já existentes nas áreas de atuação dessa Secretaria Municipal;

37 - Promover juntamente com parceira da UFRN, UERN, FJA, a semana da cultura do município;

38 - Promover encontro de bandas de músicas do RN com destaque para a Filarmônica Eline Julião e sua implantação no calendário turístico municipal;

39 - Implantação do programa “Internet Para Todos” e “Cidade Digital”, com a disponibilização do sinal de internet gratuita em praças e logradouros permitindo socialização, lazer e entretenimento entre as pessoas.

40 - Elaboração e implementação do calendário esportivo;

41 - Viabilização da reforma do Hotel Municipal;

42 - Construção de galpões no intuito de proporcionar a instalação de fábricas;

43 - Regularização das Associações do município;

44 - Implementação e regularização do auxílio permanente para os artistas e artesãos do município.

NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL

1 - Manutenção da Secretaria Municipal Assistência Social;

2 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);

3 - Manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS);

4 - Manutenção e gestão dos recursos de Apoio à Organização e Gestão do SUAS - IGDSUAS; Manutenção e gestão dos recursos de Fortalecimento do Controle Social – IGD SUAS;

5 - Manutenção e gestão dos recursos de Apoio à Organização e Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único – IGD PBF;

6 - Manutenção e gestão dos recursos de Fortalecimento do Controle Social – IGD PBF;

7 - Manutenção do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

8 - Manutenção do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas;

9 - Manutenção dos serviços ofertados pela Proteção Social Básica;

10 - Fortalecer o CRAS, construindo sede própria, fortalecendo suas ações e capacitando servidores;

11 - Criação do programa “Minha Casa Segura”, o qual consiste em melhorias habitacionais para as famílias mais carentes do município, conforme diretrizes estipuladas pelo programa;

12 - Reformar e adaptar as estruturas físicas com acessibilidade para pessoas com deficiência, de acordo com as normas regulamentadoras existentes no país;

13 - Reimplantar as ações de cidadania com serviços de emissão de documentos, cuidados com a saúde bucal, casamento comunitário, divórcios consensuais, inventários usucapião administrativos;

14 - Apoiar os Conselhos Municipais de Assistência dando melhores condições de trabalho e eficácia no âmbito social e de cidadania;

15 - Fortalecer e fiscalizar o acesso ao programa Bolsa Família para famílias de baixa renda do nosso município;

16 - Estabelecer parceria com entidades assistenciais do setor público e privado para fomentar as ações de assistência social no município;

17 - Ofertar apoio para a melhor prestação dos serviços do Conselho Tutelar, ampliando sua estrutura física, proporcionando capacitação continuada e estrutura adequada para desenvolvimento das funções dos conselheiros e servidores do órgão;

18 - Destinar recursos financeiros para o custeio dos benefícios eventuais, mediante critérios estabelecidos pela legislação Municipal;

19 - Realização de atividades sociais voltadas para os serviços de incentivo de fortalecimento de vínculo, a participação cidadã e a formação geral para o mundo do trabalho;

- 20 - Implementar e executar ações e projetos de enfrentamento à pobreza, incluindo parcerias com organizações governamentais e não-governamentais;
- 21 - Fortalecimento as ações de combate ao uso de entorpecentes e substâncias psicotrópicas, em parcerias com o Conselho Municipal Antidrogas e CONEM, desenvolvendo campanhas educativas e de sensibilização para prevenção ao uso de drogas e dependência química a nível municipal;
- 22 - Aquisição de transporte para atender as demandas da Secretaria de Assistência Social;
- 23 - Manutenção do Conselho do Idoso;
- 24 - Manutenção do Conselho de Habitação;
- 25 - Garantir profissionais conforme NOB RH SUAS nas unidades de gestão e serviços de assistência social;
- 26 - Incentivar parcerias entre Conselhos Municipais e Secretarias;
- 27 - Buscar recursos coma finalidade de apoiar – de forma social – crianças, jovens, adultos e a terceira idade com projetos de motivação e valorização da vida;
- 28 - Implementar políticas públicas de atendimento as vítimas de abuso, violência doméstica e sexual;
- 29 - Aquisição e doação de kit bebê para as gestantes, priorizando, especialmente, as mais necessitadas;
- 30 - Fomentar ações sociais em datas comemorativas, gerando maior fortalecimento e elo entre comunidade e gestão;
- 31 - Promoção de Cursos de Capacitação em diversas áreas no nosso município, visando capacitar jovens e oportunizar uma melhor assistência à comunidade;
- 32 - Valorização do trabalho artesanal de forma participativa e social;
- 33 - Capacitar os Profissionais e os atores do controle social do SUAS;
- 34 - Desenvolver políticas para negros, juventude, LGBT e população diversa, respeitando a liberdade e a diversidade em todos os níveis;
- 35 - Reabertura do Shopping Popular e do Mercado do Artesão para as famílias que desejem ofertar trabalhos e desenvolver seu sustento de forma digna;
- 36 - Realizar trabalhos em parceria com o Governo Estadual e Federal, como forma de garantir a integração dos programas de transferência de renda, de modo que seja possível ampliar o atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade;
- 37 - Promover a adesão ao Programa Federal “Casa Verde e Amarela” e promover ações com vistas a implementação e concretização de programas federais para melhorias sanitárias aos municípios.

NA ÁREA DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

- 1 - Capacitação dos Conselheiros Tutelares e de Direitos;
- 2 - Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente;
- 3 - Divulgação do CMDCA e do Conselho Tutelar, através de ações efetivas e projetos desenvolvidos juntos à sociedade;
- 4 - Acompanhamento da execução das ações propostas junto às entidades governamentais e não governamentais que desenvolvem programas de atendimento a criança e ao adolescente no município;
- 5 - Implementar ações para a Política de Garantia de direitos da Criança e do Adolescente no município;
- 6 - Captação de recursos financeiros para Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- 7 - Acompanhar os trabalhos dos Poderes Executivo, e Legislativo na formulação de Políticas Públicas e Orçamentárias na área da infância e juventude;
- 8 - Adquirir material permanente e de consumo para manutenção do CMDCA e do Conselho Tutelar;
- 9 - Diminuir o índice de violência, exploração sexual e uso de drogas no município através de campanhas periódicas de mobilização de enfrentamento da violência sexual, incentivando o ato de denunciar;
- 10 - Aproximar o Conselho Tutelar e as entidades que desenvolvem serviços sócios assistenciais na comunidade promovendo um monitoramento maior sobre as medidas aplicadas às crianças, adolescentes, pais e responsáveis;
- 11 - Promover ampla divulgação do ECA e incentivar a adoção através de Campanhas de incentivo através de material impresso de divulgação, nas redes sociais, carro de som e rádios;

- 12 - Fortalecer a integração de políticas voltadas para a infância e adolescência com o CMDCA, conselho tutelar e demais Conselhos Municipais acompanhando a ampliação de políticas públicas de atendimento para a efetivação das garantias de direitos;
- 13 - Realizar campanha municipal sobre as atribuições do Conselho Tutelar.

NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- 1 - Implantar o Projeto Saúde na Praça, visando atender crianças, jovens, adultos e a melhor idade através da oferta de exercícios e exames para uma saúde funcional e terapêutica;
- 2 - Maior valorização do profissional técnico de saúde com a inclusão das gratificações por direito;
- 3 - Continuidade da Unidade Mista com profissionais em plantão 24h para atender toda a população;
- 4 - Ampliação das especialidades médicas;
- 5 - Ampliação das opções de exames de médias complexidades para que os mesmos sejam realizados no próprio município;
- 6 - Desenvolver meios para que o município receba recursos advindos do Governo Federal e Estadual especialmente para a compra de medicamentos;
- 7 - Ampliar os convênios para realização de cirurgias de alta complexidade;
- 8 - Promover uma Saúde Humanizada para todos os municípios, permitida através da melhoria das estruturas físicas, humanas, farmacêutica e da aquisição de novos equipamentos, atendendo com dignidade, respeito, qualidade e excelência o maior número possível de cidadãos do nosso município;
- 9 - O sistema ágil de agendamento de consultas, exames e outros serviços é uma das nossas metas para a saúde;
- 10 - Criar um sistema unificado de atendimento, tratando todos os municípios de forma igualitária e justa;
- 11 - Implementar o programa Academia Saúde na Praça – promovendo assim, atividades de saúde e bem-estar da população;
- 12 - Organizar a rede municipal de saúde, interligando serviços e melhorando a gestão da informação;
- 13 - Firmar parcerias com a UERN Caicó, Faculdade de Medicina Multicamp/UFRN e a UNP Caicó (nos seus respectivos campos de estágios da área de saúde) visando realizar ações que possam beneficiar a saúde de todos os municípios;
- 14 - Priorizar as licitações direcionadas a compra de medicamentos para doenças crônicas como Diabetes, Hipertensão, Alzheimer, Parkinson, entre outras;
- 15 - Criação da Rede PRÓ-MÃE, proporcionando pré-natal e orientações às gestantes e sua família;
- 16 - Projeto de educação permanente em Saúde, visando à melhoria da oferta de serviço e do atendimento digno à população em geral, buscando transformar e qualificar a atenção à saúde, os processos de trabalho, as práticas de saúde, além de incentivar a organização das ações e dos serviços do referido setor e atendimento;
- 17 - Adesão ao programa mais médicos, com a finalidade de melhorar e ampliar o atendimento à população;
- 18 - Viabilizar o consórcio intermunicipal para aquisição do serviço de atendimento móvel de urgência (SAMU);
- 19 - Viabilizar oficinas que ofereceram os seguintes assuntos: violência sexual e doméstica contra a mulher, acolhimento: postura e prática para um SUS mais humanizado, ambiência; humanização dos territórios de encontro do SUS, atenção e manejo à saúde do idoso que sofre violência, saúde do trabalhador: evitando e prevenindo riscos à saúde;
- 20 - Implantar o projeto “Consolidar”, que visa à criação de metas a cumprir para melhorar o desempenho funcional que será consolidado ao final de cada mês, onde a equipe deverá rever ações para o mês seguinte levando em consideração a produção do mês atual;
- 21 - Aprimorar o programa “Saúde na Escola” levando médicos, odontólogos, nutricionistas e enfermeiros para o ambiente escolar trabalhando a saúde desde a infância;
- 22 - Viabilizar um espaço de acolhimento para as pessoas que vem da zona rural e necessitam fazer exames em outras cidades ou mesmo na nossa, especialmente àquelas que não têm onde ficar;

23 - Adquirir um transporte Van, com condutores exclusivos, para as viagens à capital do Estado contemplando as diversas demandas da Secretaria Municipal de Saúde;

24 - Apoiar o Conselho Municipal de Saúde: capacitar os conselheiros, incentivar participação em eventos de saúde pública, apoiar as iniciativas dos conselheiros;

25 - Manter as unidades de saúde de forma a melhorar a qualidade dos serviços com ampliação de ações e garantindo material de consumo humano;

26 - Melhorar a segurança no Centro de Saúde Manoel Paulino com policiamento para a proteção dos profissionais, dos usuários e dos prédios públicos;

27 - Rever junto ao Estado a lista de medicamentos de alto custo e medicamentos excepcionais;

28 - Manter e ampliar o centro de fisioterapia, estruturando-o com equipamentos modernos e piscina para atividades como fisioterapia aquática, além de carro e motorista exclusivo para efetuar o transporte dos usuários que não podem se locomover ao local das seções;

29 - Buscar parceria com o Governo do Estado para implantação de uma unidade de Proteção Materno Infantil visando garantir o acesso principalmente das gestantes e crianças com atenção diferenciada, com atendimento de Ginecologista, obstetra e pediatra;

30 - Assegurar o suporte técnico e modernizar o serviço dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de endemias, além de cumprir o piso salarial das categorias;

31 - Reestruturar a vigilância sanitária do município, equipando-a para que estes profissionais possam oferecer atendimento e fiscalização aos órgãos públicos e privados;

32 - Ampliar o projeto “Consulta Marcada” que visa agendar atendimento para as pessoas com dificuldade de deambular. Projeto este que será executado pelos ACS’s, uma vez que estes conhecem a realidade de suas áreas de trabalho bem como as famílias que tem pacientes com este perfil;

33 - Implantar jornada de 30 horas semanais para a enfermagem, mediante projeto de lei, visando oferecer melhores condições de vida;

34 - Criar, mediante projeto de lei, formas de garantir o repasse integral do incentivo anual feito pelo MS para os ACS’s e ACE’s, de forma a tornar-se lei;

35 - Formular uma proposta para criar o curso de cuidadores de idosos e deficientes, possibilitando aos cuidadores informais conhecimento técnico que possa inseri-los no mercado de trabalho mediante certificação;

36 - Ampliar o projeto de reabilitação ortodôntica (confecções de próteses dentárias) promovendo uma melhor qualidade de vida para as pessoas necessitadas em parceria com o CEO;

37 - Implantar o projeto “Cuidando de Quem Cuida”, voltado a dar assistência médica e farmacêutica aos profissionais de saúde;

38 - Implantar o projeto “Saúde do homem” com um médico urologista;

39 - Contratar médicos especialistas (ginecologista, pneumologista, cardiologista, mastologista e outras especialidades) que atendam a demanda nos ESF’s, evitando deslocamento a capital ou outras cidades;

40 - Reforma/ampliação e construção de Unidades de Saúde;

41 - Reconstrução do Centro de Saúde José Lins;

42 - Construção e/ou recuperação de prédios e instalações de saúde pertencente ao patrimônio municipal;

43 - Aquisição e manutenção de equipamentos de saúde;

44 - Priorizar, sem prejuízo das ações de assistenciais, as ações preventivas de coletivas de saúde pública, enfatizando a prevenção às doenças e a prática de vigilância sanitária, epidemiológica e entomológica;

45 - Manutenção do Conselho Municipal de Saúde;

46 - Manter a farmácia da Unidade de Saúde sempre abastecida e com medicação de qualidade;

47 - Diversificar os exames feitos pelo laboratório de Município;

48 - Transparência do sistema de consultas do SUS;

49 - Firmar e/ou ampliar convênios com o objetivo de assegurar a captação de recursos ou serviços na área da saúde;

50 - Assistência médica especial aos portadores de necessidade especiais e a manutenção da sua instituição, com locomoção para outros centros para atendimento especializado;

51 - Implementação e manutenção da Assistência Farmacêutica Básica;

52 - Ampliação nos serviços de Saúde Básica e especializados na rede municipal.

53 - Ampliação das políticas públicas e direcionamento de receitas para enfrentamento da pandemia da COVID-19;

54 - Adequação de uma sala e aquisição de aparelho para a realização de exames de “raio- x” no município.

NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

1 - Concluir o saneamento básico municipal diminuindo, assim, a exposição às doenças e insetos;

2 - Ampliar programa de pavimentação e drenagem de ruas;

3 - Reforma, reconstrução e revitalização de prédios, praças e logradouros públicos.

4 - Instalação de sistema de monitoramento de segurança com câmeras em todos os pontos principais do município;

5 - Reformar, ampliar e oferecer melhores condições à Delegacia Pública;

6 - Construção do terminal rodoviário para abrigar passageiros e dar suporte as empresas de transporte municipal e intermunicipal;

7 - Sinalização de avenidas, ruas e vias urbanas;

8 - Realizar convênios com o Governos Federal e Estadual para construção de novo conjunto habitacional;

9 - Criar um complexo administrativo, o qual consistirá na construção das Secretarias Municipais e Prefeituras; Criação também do complexo legislativo, de forma separada e em local diverso, que abarcará a Câmara Municipal e suas repartições;

10 - Construir centro de velório municipal;

11 - Revitalização e pavimentação do Cemitério Público São Joaquim;

12 - Atuar de forma integrada com o Conselho Tutelar, resguardando as competências legais do órgão para garantir maior zelo à vida das crianças e adolescentes do município;

13 - Organização e padronização da feira livre municipal, incentivando e proporcionando maior apoio aos feirantes e consumidores;

14 - Construção de terminal de moto táxi;

15 - Construção de nova garagem municipal de forma proporcionar amplo espaço para toda a frota municipal e também disponibilizar de cobertura;

16 - Construção de almoxarifado municipal;

17 - Revitalização e ampliação da pocilga municipal.

NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE

1 - Proporcionar Internet às comunidades rurais garantindo total apoio aos provedores para que o sinal chegue às residências rurais com maior precisão e qualidade;

2 - Implementação do programa “Saúde Rural” que consisti em uma unidade móvel multiprofissional disponível para atender nas comunidades rurais periodicamente;

3 - Apoiar a polícia militar no patrulhamento rural proporcionando maior segurança aos agricultores;

4 - Implementação de tecnologia e assistência técnica especializada de profissionais veterinários e agrícolas para auxiliar o homem do campo;

5 - Recuperação de estradas vicinais, concedendo prioridade ao roço durante todos os anos, em especial, após o período chuvoso;

6 - Desenvolver projeto de sinalização das comunidades rurais, bem como, a construção de albergues de passageiros como ponto de apoio, na espera do transporte;

7 - Compra e instalação de dessalinizadores rurais para garantir a distribuição de água potável para as comunidades que sofrem com problemas de escassez hídrica;

8 - Reforma e construção de cisternas para armazenamento de água e utilização no período de diminuição das chuvas;

9 - Implementar unidade municipal do INCRA e ITR dando assistências aos agricultores para que não seja necessário o deslocamento à cidade de Caicó;

10 - Desenvolver cursos e oficinas de aperfeiçoamento com novas técnicas agrícolas para o homem do campo;

11 - Aplicação da Lei Municipal do “SIM” – Serviço de Inspeção Municipal;

12 - Ajudar o agricultor com alocação, perfuração e instalação de poços;

13 - Desenvolver o programa “Silagem no Campo” que consiste desde o apoio ao agricultor no fornecimento de máquinas até a construção de silos de alvenaria;

14 - Restauração de banheiros e melhorias habitacionais nas habitações do campo;

15 - Desenvolver parcerias com entidades ambientais para implementação do reuso de águas cinzas;

16 - Organizar meios para coleta seletiva do lixo rural e incentivar o homem do campo a desenvolver práticas de reciclagem;

17 - Lutar junto à Associação dos Municípios do Seridó para a implementação do aterro sanitário, programa que elimina os lixões na zona rural;

18 - Construção e/ou revitalização das passagens molhadas, melhorando o deslocamento do homem do campo, principalmente, durante o período chuvoso;

19 - Reformas dos sangradouros de açudes nas comunidades rurais;

20 - Plano de arborização urbana com manejo e implantação de espécies nativas, determinando, ainda, que nenhuma árvore será removida sem o imediato plantio de outra;

21 - Castração e abrigo municipal para animais abandonados, prestando atendimento médico veterinário;

22 - Criação do Plano Municipal de gerenciamento de resíduos sólidos, organizando a coleta de lixo e viabilizando a criação de cooperativa para coleta e reciclagem do lixo;

23 - Assistência técnica de apoio ao pequeno produtor rural;

24 - Incentivo aos agricultores a praticar a agricultura orgânica sem o uso de agrotóxicos;

25 - Apoiar os agricultores familiares na vacinação dos seus rebanhos, inclusive com o fornecimento de vacinas para os rebanhos e acompanhamento veterinário;

26 - Capacitação e formação de produtores, através de cursos e treinamentos;

27 - Levantamento e cadastro de todo o rebanho do Município (Bovinos, Ovinos e Caprinos);

28 - Construção, ampliação e melhoramento das estradas vicinais;

29 - Construção e manutenção de mata-burros;

30 - Construção e manutenção de equipamentos de órgãos e dos núcleos rurais;

31 - Promover, incentivar o produtor rural, agricultor familiar e o artesão em feiras regionais e interestaduais;

32 - Implantação de oficinas profissionais, visando qualificar a mão de obra local;

33 - Separação dos materiais reciclados bem como o município fazendo a coleta e destinando em local devidamente apropriado;

44 - Proporcionar amplo apoio a instalação e perfuração de poços;

35 - Contratação de um técnico especializado para dar apoio aos produtores rurais no desempenho das suas inúmeras atividades;

Timbaúba dos Batistas/RN, 28 de julho de 2021.

IVANILDO DE ARAÚJO ALBUQUERQUE FILHO

Prefeito Municipal

Publicado por:

Juciane Fabia dos Santos Souza

Código Identificador: 1C269A2D

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 435/2021, DE 28 DE JULHO DE 2021.

LEI Nº 435/2021, DE 28 DE JULHO DE 2021.

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2022 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS/RN, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, **FAÇO SABER** que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – O orçamento do Município de Timbaúba dos Batistas – RN, referente ao exercício de 2022, será elaborado e executado segundo as diretrizes estabelecidas na presente Lei, em cumprimento ao que dispõem art. 165, II §§2º e 9º, I da Constituição Federal, art. 35, §2º, II do ADCT e art. 4º da Lei Complementar 101/200 (Lei de Responsabilidade Fiscal), além do art. 24, III da Orgânica Municipal, compreendendo

I - as prioridades da administração pública municipal;

II - a organização e estrutura dos orçamentos;

III - as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais; e

V - as disposições finais.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º – As programações prioritárias para o exercício de 2022 são as especificadas no Anexo de Ações que integra esta Lei, as quais terão prioridades na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2022, a seguir elencadas, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas:

I - educação, saúde e serviços urbanos, com ênfase para:

a) Melhoria dos atendimentos de saúde e ações preventivas;

b) Saneamento básico;

c) Proteção à criança e ao adolescente;

d) Ensino Infantil e Fundamental;

e) Limpeza urbana

II - Planejamento, urbanismo, infraestrutura e turismo;

III - Preservação, recuperação e conservação do meio ambiente, rural e urbano;

IV - Incentivo à produção agropecuária e apoio ao homem do campo;

V - Programas voltados para a área de assistência e promoção social.

Art. 3º – As metas prioridades da Administração Municipal deverão ser compatíveis com o Plano Plurianual de Investimento (PPI) para o quadriênio 2022/2025, na fixação da despesa e estimativa da lei orçamentária para o exercício de 2022, cujas diretrizes serão definidas em programas integrados de forma articulada no referido Plano.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES E ORIENTAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 4º – Na lei orçamentária para o exercício de 2022 as receitas e despesas serão orçadas segundo os preços vigentes em junho de 2021.

Art. 5º – A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária para o exercício de 2022 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência na gestão fiscal, observando-se o Princípio da Publicidade.

Art. 6º – Para a elaboração da proposta orçamentária as receitas serão estimadas pela Secretaria Municipal de Planejamento e Controle, observado o disposto no artigo 30 da Lei nº 4.320/64.

Art. 7º – O montante das despesas orçadas não poderá ser superior ao das receitas estimadas, não podendo ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos disponíveis.

Art. 8º – Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei à alocação de recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 9º – As despesas com o serviço da dívida do município deverão considerar apenas as operações contratadas e as prioridades estabelecidas, bem assim as autorizações concedidas, até a data do encaminhamento da proposta de Lei Orçamentária.

Art. 10º – É permitida a inclusão na Lei Orçamentária, bem como em suas alterações, de quaisquer recursos do Município, inclusive das receitas próprias, para clubes, associações ou quaisquer entidades congêneres, desde que as mesmas não sejam de fins lucrativos e que a liberação dos recursos ocorra mediante convênio firmado.

Art. 11 – As subvenções sociais destinadas às entidades públicas e/ou privadas, somente poderão ser concretizadas desde que obedçam ao estabelecido no artigo 12, §3º e artigos 16 e 17 da Lei nº 4.320/64.

Art. 12 – As receitas próprias dos órgãos que integram a Administração Direta, Fundos e Fundações, somente poderão ser programadas para atender despesas com investimentos e inversões financeiras depois de terem sido atendidas, integralmente, suas necessidades relativas ao custeio administrativo e operacional.

Art. 13 – Os valores constantes na lei orçamentária poderão sofrer ajustes que se tornem necessários por força da desvalorização da moeda, obedecendo-se, para isso, os índices de correção monetária adotados pelo Governo Federal para o exercício, e também ajustes relativos aos custos dos próprios projetos.

Art. 14 – O Poder Legislativo terá como limite de outras despesas correntes e de capital, para efeito de elaboração de sua proposta orçamentária, o conjunto de dotações fixadas na lei orçamentária de 2021.

Parágrafo Único – No cálculo dos limites a que se refere o caput deste artigo, serão excluídas as dotações destinadas ao pagamento de precatórios.

Art. 15 – Não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos disponíveis.

Art. 16 – Fica o Poder Executivo autorizado a destinar os recursos que forem necessários para as contrapartidas exigidas nos casos de transferências voluntárias.

Art. 17 – Na programação de investimentos deverá ser observado o seguinte:

I – Os projetos já iniciados terão preferência sobre os novos;

II – Nenhum investimento que ultrapasse o exercício financeiro poderá ser iniciado, a menos que esteja previsto no Plano Plurianual – PPA.

Art. 18 – Além da observância das prioridades e metas estabelecidas no Anexo desta Lei e em seus créditos adicionais, observados o disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº 101/2000, somente serão incluídos projetos novos se:

I – Tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;

II – Os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas a serem efetuadas pelo Município.

Art. 19 – As atividades de prestação de serviços básicos e essenciais em execução prevalecerão sobre outras espécies de ação. A manutenção destas atividades será prioritária sobre as ações que visem a sua expansão ou a implantação de novos projetos.

Art. 20 – Os pagamentos dos precatórios judiciais correrão à conta das dotações consignadas no orçamento, conforme disciplinado no artigo 100 da Constituição Federal.

§1º – Para a efetivação do estabelecido no caput deste artigo, os precatórios judiciais apresentados até 01 de julho de 2021, deverão ser encaminhados à Secretaria Municipal de Planejamento e Controle, para a inclusão no orçamento, especificando:

I – Número do processo e data de ajuizamento da ação originária;

II – Número do precatório e data de sua expedição;

III – Nome do beneficiário;

IV – Valor do precatório a ser pago;

V – Data do trânsito em julgado da sentença condenatória.

§2º – Somente serão incluídos no orçamento os precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda.

§3º – A inclusão de recursos na lei orçamentária para o pagamento de precatórios, atenderá ao disposto no Art. 100, da Constituição Federal, redação da Emenda constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009.

Art. 21 – Na elaboração da proposta orçamentária, serão destinados ao Poder Legislativo, 7% (sete por cento) das receitas provenientes das transferências constitucionais e dos tributos arrecadados diretamente pelo Município, no Exercício de 2021, mesmo que projetado, conforme determina o artigo 29-A, I, da Constituição Federal de 1988.

Art. 22 – A Proposta Orçamentária da Câmara Municipal deverá ser encaminhada à Secretaria Municipal de Planejamento e Controle, até 31 de julho de 2021, exclusivamente para efeito de sua consolidação na proposta de orçamento do Município, não cabendo qualquer tipo de análise ou apreciação de seus aspectos de mérito e conteúdo,

atendidos os princípios constitucionais e da Lei Orgânica Municipal, estabelecidos a esse respeito.

Art. 23 – Os recursos do orçamento da seguridade social compreenderão:

I – Recursos originários dos orçamentos do Município, transferências de recursos do Estado do Rio Grande do Norte e da União pela execução descentralizada das ações de saúde, e dos convênios firmados com órgãos e entidades que tenham como objetivos assistência e previdência social;

II – Receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente o Orçamento da Seguridade Social.

Art. 24 – O Orçamento Fiscal consignará dotações específicas para as empresas que integram o Orçamento de Investimentos.

Art. 25 – Na Lei Orçamentária Anual poderão constar as seguintes autorizações:

I – Para abertura de créditos adicionais:

a) até o limite nela definido, para créditos suplementares;

b) até o limite autorizado em Lei específica de reajuste de pessoal e encargos sociais;

c) à conta da dotação de reserva de contingência, que deverá se limitar a 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida prevista, em dotação global, sem destinação específica;

II – Para realizar operações de crédito por antecipação da Receita, até o limite legalmente permitido.

CAPÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 26 – Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte dos recursos e os grupos de despesa.

Parágrafo Único. As unidades orçamentárias serão agrupadas em órgãos orçamentários, entendidos como sendo o de maior nível da classificação institucional.

Art. 27 – O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será composto de:

I – Mensagem; II – Texto da lei;

III – Anexo dos orçamentos fiscal e de seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma disciplinada nesta lei;

IV – Quadros orçamentários consolidados; V – Anexo do orçamento de investimento.

Art. 28 – A lei orçamentária compreenderá todas as receitas e despesas, quaisquer que sejam suas origens e destinação, observando-se:

I – Todas as receitas e despesas constarão da lei, pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções;

II – os recursos provenientes de convênios, consórcios e contratos de qualquer natureza serão obrigatoriamente incluídos na lei orçamentária;

III – os Fundos Municipais existentes, legalmente constituídos, integrarão o orçamento de seus órgãos ou entidades gestoras, em unidades orçamentárias específicas;

Art. 29 – Integrarão a lei orçamentária em anexo específico:

I – Demonstrativo consolidado das despesas dos orçamentos, eliminadas as duplicidades;

II – O resumo geral da receita por fonte e da despesa por função de Governo, evidenciando a destinação específica para orçamento;

III – O resumo geral da receita e despesa por categoria econômica; IV – As dotações globais de cada esfera de governo;

V – O resumo geral do orçamento fiscal, evidenciando as receitas por fonte e as despesas por grupo, agregadas em projetos e atividades;

VI – O resumo geral do orçamento de investimentos, indicando as fontes de recurso;

VII – O resumo geral do orçamento da seguridade social, indicando as receitas por fonte e a despesa por grupo.

Art. 30 – Também deverão acompanhar o projeto de lei orçamentária, além do estabelecido no artigo anterior e no título II da Lei nº 4.320/64 os seguintes elementos:

I – Demonstrativo da programação referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição Federal, detalhando fontes e valores por categoria de programação;

II – Demonstrativos da despesa por grupo e fonte de recursos, indicando os valores em cada um dos orçamentos fiscal e de seguridade social, nas respectivas unidades orçamentárias;

III – Quadro resumo das despesas dos orçamentos fiscal e de seguridade social discriminado:

- a) Por grupo de despesa;
- b) Por modalidade de aplicação;
- c) Por função;
- d) Por sub-função;
- e) Por categoria de programação.

Art. 31 – As fontes de recursos que corresponderem às receitas provenientes de concessão e permissão constarão na lei orçamentária com código próprio que as identifiquem conforme a origem da receita, discriminando-se durante a execução as decorrentes do ressarcimento pela fiscalização de bens e serviços públicos e concessão ou permissão nas áreas de transporte, uso de bem público e água e esgotos.

Art. 32 – O orçamento fiscal deverá conter dotação global, sob a denominação de reserva de contingência, não destinada especificadamente a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou despesa, que será utilizada como fonte compensatória para a abertura de créditos adicionais.

Art. 33 – Valor estimado de operações de crédito e do resultado da alienação de bens móveis ou imóveis somente serão incluídos como receita quando forem especificadamente autorizados pela Câmara Municipal de forma a possibilitar o Poder Executivo realizá-las no exercício.

Art. 34 – A Lei Orçamentária deverá ser elaborada com dados precisos, estimando a receita e fixando a despesa dentro da realidade e do Município.

CAPÍTULO V DOS “QUADROS DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS – QDD”

Art. 35 – A Contar da sanção da Lei Orçamentária, os Poderes Legislativo e Executivo terão o prazo máximo de trinta (30) dias para aprovação dos “Quadros de Detalhamento de Despesas – QDD”, integrados da estrutura a seguir:

I – esfera de Poder e unidade orçamentária;

II – órgão e unidade orçamentária;

III – categoria econômica, grupo de despesas, modalidades de aplicação e elementos de despesas, segundo projetos e atividades.

§1.º Os “Quadros de Detalhamento de Despesas – QDD”, do Poder Executivo, bem como as suas alterações, são aprovados mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo do Município e os do Legislativo, através de Ato da Mesa Diretora.

§2.º As Alterações do QDD, a que se refere o parágrafo anterior, limitam-se aos remanejamentos de valores consignados a nível de elemento de despesa dentro da mesma categoria econômica.

§ 3.º A Decreto e o Ato da Mesa Mencionado no § 1.º, entram em vigor a partir da data de suas publicações.

§ 4º - O Poder Executivo e Legislativo poderá incluir novas naturezas de despesas que não forem previstas no Quadro de Detalhamento de Despesas (QDD) da Lei Orçamentária Anual, mediante decreto, para correta classificação da despesa, por superávit financeiro, excesso de arrecadação ou anulação de dotação.

§ 5º - As fontes de recursos e as modalidades de aplicação, aprovados na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução, por meio de Decreto do Poder Executivo.

Art. 36 - O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2022 e em seus créditos adicionais, em decorrência da insuficiência dos valores aprovados, da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, metas e objetivos, assim como, respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fonte de recursos e modalidade de aplicação, limitado ao percentual de 30% (trinta por cento) do valor fixado para as despesas do exercício.

§1º. A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2022 ou em seus créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

§2º. O Poder Executivo poderá realizar transposição, remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra dentro da mesma Unidade Orçamentária, na forma da legislação vigente, independente de autorização na Lei Orçamentária Anual.

CAPÍTULO VI DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

Art. 37 – Toda e qualquer ampliação de incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira deverá atender o disposto no artigo 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 38 – Em ocorrendo acréscimo relativo à receita tributária estimada na lei orçamentária para o exercício de 2022, o mesmo servirá para a abertura de créditos adicionais.

Art. 39 – O incremento da receita tributária será buscado através da atualização dos cadastros de contribuintes, aumento da fiscalização e efetivação das medidas de cobrança, tanto amigáveis como judiciais.

CAPÍTULO VI DAS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 40 – Os poderes Executivo e Legislativo terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias, para pessoal e encargos sociais, observado o disposto no artigo 71 da Lei Complementar nº 101/2000, a despesa da folha de pagamento de 2021, projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive revisão geral sem distinção de índices a serem concedidos aos servidores públicos municipais, alterações de planos de cargos e salários e admissões para preenchimento de cargos, sem prejuízo no disposto no artigo 23 desta Lei.

Art. 41 – Para fins de atendimento ao disposto no artigo 169, §1, II, da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estruturas de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, constantes de anexo específico da lei orçamentária, observado o disposto no artigo 71 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 42 – O disposto no §1º do artigo 18 da Lei Complementar nº 101/2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo Único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I – sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;

II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extintos, total ou parcialmente.

Art. 43 – Em havendo necessidade de admissão de pessoal sob regime especial de contratação, conforme disposto na legislação em vigor, as dotações respectivas, mesmo oriundas de créditos adicionais, serão alocadas nas Secretarias Municipais onde se fizerem necessárias as contratações.

CAPÍTULO VII DA DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 44 – A atualização monetária do principal da dívida mobiliária, se houver, não poderá superar, no exercício de 2022, a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), apurado pela Fundação Getúlio Vargas.

Art. 45 – As despesas com financiamento da dívida pública mobiliária incluindo as despesas com o serviço da dívida, deverão estar previstas na lei orçamentária em unidade distinta da que contemple os encargos financeiros do Município.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 46 – Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar no 101, de 2000:

I - as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei no 8.666, de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição; e

II - entende-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei no 8.666, de 1993.

Art. 47 – As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título se submeterão à fiscalização do Poder Executivo Municipal ou Poder concedente, conforme o caso, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 48 – Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

§1º – Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional;

§2º – Os créditos adicionais aprovados pela Câmara Municipal serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

Art. 49 – O Poder executivo poderá reprogramar parte do orçamento aprovado para 2022, com autorização específica da Câmara Municipal.

Art. 50 – As despesas fixadas através dos créditos adicionais autorizados, devem perseguir as prioridades eleitas para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, estabelecidas nesta Lei.

Art. 51 – A Lei orçamentária conterá autorização para abertura de crédito suplementar no limite mínimo de quinze (15%) e no máximo de trinta por cento (30%) do valor fixado para as despesas do exercício de 2022, conforme dispõe o § 8º do artigo 165 da Constituição Federal.

Parágrafo Único. O limite autorizado no Caput do artigo não será onerado quando o crédito se destinar a:

I - As despesas a serem financiadas com recursos de convênios, contratos de repasses, programas, auxílios, contribuições ou outras formas de captação, oriundos de esferas de governo ou entidade, não serão computados no limite de que trata o “caput” deste artigo, podendo serem abertos com cobertura dos próprios recursos que lhe derem causa;

II - Atender insuficiências de dotações do grupo de Pessoal e encargos Sociais, mediante a utilização de recursos da anulação de despesas consignadas no mesmo grupo;

III - Atender ao pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortização e juros da dívida, mediante a utilização de recursos provenientes de anulação de dotações;

IV - Incorporar os saldos financeiros, apurados em 31 de dezembro de 2021, e o excesso de arrecadação de recursos vinculados de Fundos Especiais, do FUNDEB e Convênios, quando se configurar receita do exercício superior às previsões de despesas, fixados na Lei Orçamentária.

§1º – Os Créditos adicionais abertos para coberturas de despesas a serem financiadas com recursos de convênios, auxílios, contribuições ou outras formas de captação, oriundos de esferas de governo ou entidade, não serão computados no limite de que trata o “caput” deste artigo, podendo serem abertos com cobertura dos próprios recursos que lhe derem causa.

§2º – O Executivo fica autorizado, na hipótese do caput deste artigo, a realizar as despesas relativas a parcelas ou contrapartidas de convênios, conforme estabelecido em contrato e de acordo com o cronograma de desembolso originalmente estabelecido.

Art. 52 – Os créditos suplementares integram, automaticamente, os “Quadros de Detalhamento de Despesas – QDD” precedidos da publicação dos instrumentos previstos artigo 35, desta Lei.

Art. 53 – Os projetos de lei de créditos adicionais terão como prazo para encaminhamento à Câmara Municipal a data, improrrogável, de 30 de novembro de 2022.

Art. 54 – Na hipótese de o projeto de lei orçamentária não for aprovada e sancionada até 31 de dezembro de 2021, a programação dele constante poderá ser executada, até o limite de 1/12 (um doze

avos) em cada mês do total de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal.

Parágrafo Único. O Executivo fica autorizado, na hipótese do caput deste artigo, a realizar as despesas relativas a parcelas ou contrapartidas de convênios, conforme estabelecido em contrato e de acordo com o cronograma de desembolso originalmente estabelecido.

Art. 55 – As Secretarias Municipais remeterão as propostas orçamentárias até 31 de julho de 2021, para a compatibilização com a receita orçada e elaboração do projeto de lei orçamentária.

Parágrafo Único. A proposta de lei orçamentária será encaminhada a Câmara Municipal, mediante mensagem, até o dia 31 de agosto de 2021.

Art. 56 – No caso do cumprimento das metas de resultado primário e nominal, estabelecidas na presente lei vir a ser comprometido por uma insuficiente realização de Receita, os Poderes Legislativo e Executivo deverão promover redução nas suas despesas, nos termos do artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, fixando por atos próprios, limitações aos empenhos das despesas e movimentação.

§1º – As limitações referidas no caput incidirão, prioritariamente, sobre os seguintes tipos de despesas:

I – despesas com serviços de consultoria;

II – despesas com diárias e passagens aéreas e terrestres;

III - despesas a título de ajuda de custo;

IV - despesas com locação de mão de obra;

V - despesas com locação de veículos;

VI - despesas com combustíveis; VII - despesas com treinamento;

VIII - transferências voluntárias a instituições privadas;

IX - outras despesas de custeio;

X - Despesas com investimentos, diretas e indiretas, observando-se o princípio da materialidade;

XI – despesas com comissionados;

XII – despesas com comunicação, publicidade e propaganda;

Art. 57 – Para fins desta Lei fica estabelecida à observância a integridade do equilíbrio orçamentário e financeiro compatibilizados entre receitas e despesas previamente estimadas.

Art. 58 – Para assegurar transparência durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, o Poder Executivo promoverá audiência pública, contando com ampla participação popular, nos termos do artigo 48 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 59 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Timbaúba dos Batistas/RN, 28 de julho de 2021.

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO

Prefeito Municipal

Publicado por:

Juciane Fabia dos Santos Souza

Código Identificador:9AA1099A

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARIZAL**

**CPL
TERMO DE RATIFICAÇÃO**

TERMO DE RATIFICAÇÃO

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da(o) COMPANHIA ENERGETICA DO RIO GRANDE DO NORTE, referente à contratação de empresa especializada em fornecimento de energia elétrica.

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho do(a) Ilmo(a). Sr (a). JARLENE BARBOSA DE MENEZES, Presidente da Comissão de Licitação, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

UMARIZAL - RN, 27 DE JULHO DE 2021

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão

Bimestre: MAIO-JUNHO/2021

LRF Art. 53 - inciso V - Anexo 7

Exercício: 2021

Poder/Órgão	Restos a Pagar Processados			Restos a Pagar Não Processados			Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (f)	Saldo k=(f+g)-(i+k)	Saldo Total L = (e + k)
	Inscritos Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2020 (b)	Pagos (c)	Inscritos Em Exercícios Anteriores (d)	e=(a+b)-(c+d)	Inscritos em 31 de dezembro de 2020 (g)					
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAÍPU	12.369,60	589.295,38	58.434,52	0,00	543.230,46	3.801,87	95.165,10	95.165,10	0,00	24.553,16	567.783,62
Total	12.369,60	589.295,38	58.434,52	0,00	543.230,46	3.801,87	95.165,10	95.165,10	0,00	24.553,16	567.783,62

Publicado por:

José Viana Júnior

Código Identificador:F518CA49

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 435/2021, DE 28 DE JULHO DE 2021 - ANEXO II

ANEXO II

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS METODOLOGIA E MEMÓRIA DE DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

I - RECEITAS

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF EXERCÍCIO DE 2022

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA		PREVISÃO R\$ 1,00	
	2019	2020	2021	2022	2023	2024
RECEITAS CORRENTES	12.914.603	13.948.308	16.921.972	17.512.851	18.082.018	18.669.684
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	224.859	346.537	368.227	380.000	392.350	405.101
Contribuições	116.356	120.173	95.238	130.000	134.225	138.587
Receita Patrimonial	94.013	7.521	203.530	100.000	103.250	106.606
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	7.300	3.191	24.090	15.000	15.488	15.991
Transferências Correntes	12.436.954	13.417.156	16.047.975	16.787.851	17.333.456	17.896.793
Outras Receitas Correntes	35.122	53.730	182.913	100.000	103.250	106.606
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-	-	-
Receita de Contribuições - Intraorçamentárias	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial - Intra-orçamentárias	-	-	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	175.000	397.997	2.217.180	2.300.000	2.374.750	2.451.929
Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	104.109	50.000	51.625	53.303
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	175.000	397.997	2.113.071	2.250.000	2.323.125	2.398.627
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-

Total	13.089.603	14.346.305	19.139.152	19.812.851	20.456.768	21.121.613
-------	------------	------------	------------	------------	------------	------------

Timbaúba dos Batistas/RN, 28 de julho de 2021.

IVANILDO ARAUJO DE ALBUQUERQUE FILHO

Prefeito Municipal

RONIE PEREIRA DE MEDEIROS

Secretária Municipal de Finanças, Tributação e Arrecadação

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE						
Município de Timbaúba dos Batistas						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS						
I - RECEITAS						
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria						
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF						
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$					Varição %
2019	224.859					
2020	346.537				54,11	
2021	368.227				6,26	
2022	380.000				3,20	
2023	392.350				3,25	
2024	405.101				3,25	
Nota:						
As correções dessa receita foram feitas prevendo um aumento gradual, finto de uma política de intensificação da fiscalização tributária e modernização da Secretaria.						
Contribuições						
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$					Varição %
2019	116.355,87					
2020	120.172,55				3,28	
2021	95.238,10				-20,75	
2022	130.000,00				36,50	
2023	134.225,00				3,25	
2024	138.587,31				3,25	
Nota:						
O aumento gradual e constante previsto para essa receita foi observado de forma que os valores sejam corrigidos baseados nos índices de inflação previstos para o período.						
Receta Patrimonial						
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$					Varição %
2019	94.012,80				0,00	
2020	7.520,91				-92,00	
2021	203.529,52				2606,18	
2022	100.000,00				-50,87	

2023	103.250,00	3,25
2024	106.605,63	3,25
Nota:		
Esta receita apresenta crescimento constante, seguindo a premissa de que o Município através de um planejamento mais apurado terá como resultado um aumento na receita resultante de aplicações financeiras		

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Município de Timbaúba dos Batistas

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS METODOLOGIA E MEMÓRIA DE DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

I - RECEITAS

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

Transferências Correntes

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2019	224.859	
2020	346.537	54,11
2021	120.173	-65,32
2022	7.521	-93,74
2023	0	-100,00
2024	0	#DIV/0!

Nota:

O aumento gradual e constante previsto para essa receita foi observado de forma que os valores sejam corrigidos baseados nos índices de inflação previstos para o período.

Outras Receitas Correntes

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2019	35.122	
2020	53.730	52,98
2021	182.913	240,43
2022	106.000	-45,33

2023	103.250	3,25
2024	106.606	3,25

Nota:

Nessa receita a expectativa é de redução constante e em percentuais iguais aos previstos para a arrecadação para os períodos previstos nesta Lei.

Contribuições - Intraorçamentárias

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2019	0	
2020	0	#DIV/0!
2021	0	#DIV/0!
2022	0	#DIV/0!
2023	0	#DIV/0!
2024	0	#DIV/0!

Nota:**Receita Patrimonial - Intra-orçamentárias**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2019	0	0,00
2020	0	#DIV/0!
2021	0	#DIV/0!
2022	0	#DIV/0!
2023	0	#DIV/0!

2024	0	#DIV/0!
Nota:		
Esta receita apresenta crescimento constante, seguindo a premissa de que o Município através de um planejamento mais apurado terá como resultado um aumento na receita resultante de aplicações financeiras		
Operações de Crédito		
Valor Nominal - R\$		
Metas Anuais		Variação %
2019	0	0,00
2020	0	0,00
2021	0	#DIV/0!
2022	0	#DIV/0!
2023	0	#DIV/0!
2024	0	#DIV/0!
Nota:		

Segundo a linha de previsão utilizada para as demais receitas, foi previsto também para essa os mesmos índices. Não foi prevista a arrecadação dessa receita para o ano de 2016, por expressa vedação da Lei Complementar nº 101/2000.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE			
Município de Timbaúba dos Batistas			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS			
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS			
I - RECEITAS			
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF			
Alienação de bens	Valor Nominal - R\$	Variação %	
Metas Anuais	0	0,00	
2019	0	0,00	
2020	0	0,00	#DIV/0!
2021	104.109		
2022	50.000		
2023	51.625		
2024	53.303		
Nota:			
Seguindo a linha de previsão utilizada para as demais receitas, foi previsto também para essa os mesmos índices de correção.			
Transferências de Capital			
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %	
2019	0	0,00	
2020	397.997		
2021	2.113.071		
2022	2.250.000		
2023	2.323.125		
2024	2.398.627		
Nota:			
Nesse grupo de receitas estão previstos os Convênios, tanto os convênios com a União quanto com o Estado, obedecendo-se as previsões contidas no PPA do município.			
Outras Receitas de Capital			
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %	
2019	0	0,00	
2020	0	0,00	
2021	0		
2022	0		
2023	0		
2024	0		
Nota:			
Seguindo a linha de previsão utilizada para as demais receitas, foi previsto também para essa os mesmos índices de correção.			

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Município de Timbaúba dos Batistas

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

II - DESPESAS

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF EXERCÍCIO DE 2022

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA		ORÇADA		PREVISÃO	
	2019	2020	2021	2022	2023	2024
DESPESAS CORRENTES (I)	13.212.886	13.467.347	15.273.311	16.324.787	16.855.343	
Pessoal e Encargos Sociais	7.972.087	8.442.726	8.169.457	8.457.022	8.731.875	9.015.661
Pessoal e Encargos Sociais - Intraorçamentárias	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	96.786	16.739	52.381	54.225	55.987	57.807
Outras Despesas Correntes	5.144.013	5.007.882	7.051.473	7.299.685	7.536.925	7.781.875
DESPESAS DE CAPITAL (II)	533.424	829.700	3.818.222	3.952.623	4.081.084	4.213.719
Investimentos	394.516	716.906	3.631.732	3.759.569	3.881.755	4.007.912
Inversões Financeiras	-	-	19.823	20.521	21.188	21.876
Transferência de Capital	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	138.908	112.794	166.667	172.533	178.141	183.930
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	47.619	49.295	50.897	52.551
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
Total	13.746.310	15.138.901	19.139.152	19.812.851	20.456.768	21.121.613
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	998.471	841.854	-	-	-	-

Timbaúba dos Batistas/RN, 28 de julho de 2021.

IVANILDO ARAUJO DE ALBUQUERQUE FILHO

Prefeito Municipal

RONIE PEREIRA DE MEDEIROS

Secretário Municipal de Finanças, Tributação e Arrecadação

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Município de Timbaúba dos Batistas

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS METODOLOGIA E MEMÓRIA DE DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

II.a - DESPESAS

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

Pessoal e Encargos Sociais

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2019	7.972.087	
2020	8.442.726	5,90
2021	8.169.457	-3,24
2022	8.457.022	3,52
2023	8.731.875	3,25
2024	9.015.661	3,25

Nota:

Esse grupo de despesas apresenta um aumento gradual baseado nos índices de inflação previstos para o período.

Pessoal e Encargos Sociais - Intraorçamentárias

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2019	0	
2020	0	#DIV/0!
2021	0	#DIV/0!
2022	0	#DIV/0!
2023	0	#DIV/0!
2024	0	#DIV/0!

Nota:

Esse grupo de despesas apresenta um aumento gradual baseado nos índices de inflação previstos para o período.

Juros e Encargos da Dívida

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2019	96.786	0,00
2020	16.739	0,00
2021	32.381	212,93
2022	54.225	3,52
2023	55.987	3,25
2024	57.807	3,25

Nota:

Esse grupo de despesas apresenta um aumento gradual baseado nos índices de inflação previstos para o período.

Outras Despesas Correntes

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2019	5.144.013	
2020	5.007.882	-2,65
2021	7.051.473	40,81
2022	7.299.685	3,52
2023	7.536.925	3,25
2024	7.781.875	3,25

Nota:

Esse grupo de despesas apresenta um aumento gradual baseado nos índices de inflação previstos

para o período.		
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE		
Município de Timbaúba dos Batistas		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS		
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS		
II.a- DESPESAS		
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF		
Investimentos	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
Metas Anuais		
2019	394.516	
2020	716.906	81,72
2021	3.631.732	406,58
2022	3.759.569	3,52
2023	3.881.755	3,25
2024	4.007.912	3,25
Nota:		
Esse grupo de despesas apresenta um aumento gradual baseado nos índices de investimentos previstos		
para o período.		
Inversões Financeiras		
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2019	0	
2020	0	#DIV/0!
2021	19.823	#DIV/0!
2022	20.521	3,52
2023	21.188	3,25
2024	21.876	3,25
Nota:		
Esse grupo de despesas apresenta um aumento gradual baseado nos índices de inflação previstos		
para o período.		
Amortização da Dívida		
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2019	138.908	
2020	112.794	-18,80
2021	166.667	47,76
2022	172.533	3,52
2023	178.141	3,25
2024	183.930	3,25

Nota:		
Esse grupo de despesas apresenta um aumento gradual baseado nos índices de inflação previstos para o período.		
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE		
Município de Timbaúba dos Batistas		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS		
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS		
IIa - DESPESAS		
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2019	0	
2020	0	#DIV/0!
2021	47.619	#DIV/0!
2022	49.295	3,52
2023	50.897	3,25
2024	52.551	3,25
Nota:		
Os recursos destinados a Reserva de Contingência apresenta uma variação baseada nas de cada o período.		
RESERVA DO RPPS		
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2019	0	
2020	0	#DIV/0!
2021	0	#DIV/0!
2022	0	#DIV/0!
2023	0	#DIV/0!
2024	0	#DIV/0!
Nota:		
Os recursos destinados a Reserva de Contingência apresenta uma variação baseada nas de cada o período.		

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Município de Timbaúba dos Batistas

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS III - RESULTADO PRIMÁRIO

EXERCÍCIO DE 2022

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2019	2020	2021	2022	2023	2024
RECEITAS CORRENTES (I)	13.948.308	17.512.851	16.921.972	18.082.018		18.669.684
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	224.859	346.537	368.227	380.000	392.330	405.101
Contribuições	116.356	120.173	95.238	130.000	134.225	138.587
Receita Patrimonial	94.013	7.521	203.530	100.000	103.230	106.606
Aplicações Financeiras (II)	24.636	5.311	186.224	90.000	93.150	96.410
Outras Receitas Patrimoniais	69.377	2.210	17.306	10.000	10.100	10.195
Receita Agropecuária	0	0	0	0	0	0
Receita Industrial	0	0	0	0	0	0
Receita de Serviços	7.300	3.191	24.090	15.000	15.488	15.991
Transferências Correntes	12.436.954	13.417.156	16.047.975	16.787.851	17.333.456	17.896.793
Outras Receitas Correntes	35.122	53.730	182.913	100.000	103.230	106.606
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (III) = (I - II)	12.889.967	13.942.997	16.735.749	17.422.851	17.988.868	18.573.274
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	175.000	397.997	2.217.180	2.300.000	2.374.750	2.451.929
Operações de Crédito (V)	0	0	0	0	0	0
Alienação de Bens (VI)	0	0	104.109	50.000	51.625	53.303
Amortização de Empréstimos (VII)	0	0	0	0	0	0
Transferências de Capital	0	397.997	2.113.071	2.250.000	2.323.125	2.398.627
Outras Receitas de Capital	0	0	0	0	0	0
Receitas Fiscais de Capital (VIII) = (IV - V - VII)	175.000	397.997	2.217.180	2.300.000	2.374.750	2.451.929
Receita de Contribuições - Intra-orçamentárias	0	0	0	0	0	0
Receita Patrimonial - Intra-orçamentárias	0	0	0	0	0	0
RECEITAS PRIMÁRIAS (OU) RECEITAS FISCAIS	13.064.967	14.340.994	18.952.929	19.722.851	20.363.618	21.025.203
LÍQUIDAS (IX) = (III + VIII)						
RECEITA TOTAL	13.089.603	14.346.305	19.139.152	19.812.851	20.456.768	21.121.613
DESPESAS CORRENTES (X)	13.212.886	13.467.347	15.273.311	15.810.932	16.324.787	16.855.943
Pessoal e Encargos Sociais	7.972.087	8.442.726	8.169.457	8.457.022	8.731.875	9.015.661
Pessoal e Encargos Sociais - Intra-orçamentárias	0	0	0	0	0	0
Juros e Encargos da Dívida (XI)	96.786	16.739	52.381	54.225	55.987	57.807
Outras Despesas Correntes	5.144.013	5.007.882	7.051.473	7.299.685	7.536.925	7.781.875
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XII) = (X - XI)	13.116.100	13.450.608	15.220.930	15.756.707	16.268.800	16.797.536
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	533.424	829.700	3.818.222	3.952.623	4.081.084	4.213.719
Investimentos	394.516	716.906	3.631.732	3.759.569	3.881.755	4.007.912
Inversões Financeiras	0	0	19.823	20.521	21.188	21.876
Transferências de Capital	0	0	0	0	0	0
Amortização da Dívida (XIV)	138.908	112.794	166.667	172.533	178.141	183.930
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	394.516	716.906	3.651.555	3.780.090	3.902.943	4.029.789
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0	0	47.619	49.295	50.897	52.551
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	998.471	841.854	0	0	0	0
DESPESAS PRIMÁRIAS (OU) DESPESAS FISCAIS	14.509.088	15.009.368	18.920.105	19.586.092	20.222.640	20.879.876
LÍQUIDAS (XVII) = (XII + XV + XVI)						
DESPA TOTAL	13.746.310	14.297.047	19.139.152	19.812.851	20.456.768	21.121.613
RESULTADO PRIMÁRIO (IX - XVIII)	-1.444.120	-668.374	32.824	136.758	140.978	145.327

IVANILDO ARAUJO DE ALBUQUERQUE FILHO

Prefeito Municipal

RONIE PEREIRA DE MEDEIROS

Secretário Municipal de Finanças, Tributação e Arrecadação

Timbaúba dos Batistas/RN, 28 de julho de 2021.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**Município de Timbaúba dos Batistas****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS METODOLOGIA E MEMÓRIA DE DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS****IV - RESULTADO NOMINAL**

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF EXERCÍCIO DE 2022

Especificação	2019	2020	2021	2022	2023	2024
	(b) #	(c) #	(d)	(e)	(f)	(g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	365.899	319.779	397.551	224.291	216.706	209.378
DEDUÇÕES (II)	349.078	473.970	1.523.778	426.010	473.126	520.802
Ativo Disponível	1.086.940	640.273	1.994.341	894.005	925.296	957.681
Haveres Financeiros	-	-	-	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	737.862	166.302	468.563	467.996	452.170	436.879
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	16.821	(154.192)	(1.128.227)	(201.719)	(256.420)	(311.424)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-	-	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV)	16.821	(154.192)	(1.128.227)	(201.719)	(256.420)	(311.424)

Resultado Nominal	(b - a ⁹)	(c - b)	(d - c)	(e - d)	(f - e)	(g - f)
	16.821	(171.013)	(974.036)	926.508	(54.701)	(55.004)

Notas:

-O cálculo Das Metas Anuais Relativas ao resultado Nominal, foi executado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional.

Os valores informados foram efetivamente realizados nos exercício de 2019/2020

Timbaúba dos Batistas/RN, 28 de julho de 2021.

IVANILDO ARAUJO DE ALBUQUERQUE FILHO

Prefeito Municipal

RONIE PEREIRA DE MEDEIROS

Secretária Municipal de Finanças, Tributação e Arrecadação

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Município de Timbaúba dos Batistas

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS METODOLOGIA E MEMÓRIA DE DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF EXERCÍCIO DE 2022

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	2019	2020	2021	2022	2023	2024
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	365.899	319.779	397.551	224.291	216.706	209.378
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	365.899	319.779	397.551	224.291	216.706	209.378
DEBÍTCIONES (II)	349.078	473.970	1.525.778	426.010	473.126	520.802
Ativo Disponível	1.086.940	640.273	1.994.341	894.005	925.296	957.681
Haveres Financeiros	-	-	-	-	-	-
(-) Restos a Pagar	737.862	166.302	468.563	467.996	452.170	436.879
Dívida Consolidada Líquida	16.821	(154.192)	(1.128.227)	(201.719)	(256.420)	(311.424)

Notas:

Timbaúba dos Batistas/RN, 28 de julho de 2021.

IVANILDO ARAUJO DE ALBUQUERQUE FILHO

Prefeito Municipal

RONIE PEREIRA DE MEDEIROS

Secretário Municipal de Finanças, Tributação e Arrecadação

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**Município de Timbaúba dos Batistas****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS**

Demonstrativo I - Metas Anuais Art. 4º, §1º da LRF EXERCÍCIO DE 2022

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	2022			2023			2024		
	Valor	% PIB	% RCL	Valor	% PIB	% RCL	Valor	% PIB	% RCL
	Constante	(a/PIB) x 100	(a / RCL) x 100	Corrente	(a/PIB) x 100	(a / RCL) x 100	Constante	(a/PIB) x 100	(a / RCL) x 100
Receita Total	19.812.851	29,58	113,13	20.456.768	30,55	113,13	19.139.152	31,54	113,13
Receitas Primárias (I)	19.722.851	29,45	112,62	20.363.618	30,41	112,62	19.052.002	31,40	112,62
Receitas Primárias Correntes	19.722.851	29,45	112,62	20.363.618	30,41	112,62	19.052.002	31,40	112,62
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	380.000	0,57	2,17	392.350	0,59	2,17	367.079	0,60	2,17
Contribuições	130.000	0,19	0,74	134.225	0,20	0,74	125.580	0,21	0,74
Transferências Correntes	16.787.851	25,07	95,86	17.333.456	25,88	95,86	16.217.012	26,72	95,86
Demais Receitas Primárias Correntes	125.000	0,19	0,71	128.838	0,19	0,71	120.339	0,20	0,71
Receitas Primárias de Capital	2.300.000	3,43	13,13	2.374.750	3,55	13,13	2.221.793	3,66	13,13
Despesa Total	19.812.851	29,58	113,13	20.456.768	30,55	113,13	19.139.152	31,54	113,13
Despesas Primárias (II)	19.586.092	29,25	111,84	20.222.640	30,20	111,84	18.920.105	31,18	111,84
Despesas Primárias Correntes	15.756.707	23,53	89,97	16.268.800	24,29	89,97	15.220.930	25,08	89,97

Pessoal e Encargos Sociais	8.457.022	8.169.457	12,63	48,29	8.731.875	8.169.457	13,04	48,29	9.015.661	8.169.457	13,46	48,29
Outras Despesas Correntes	7.299.685	7.051.473	10,90	41,68	7.536.925	7.051.473	11,25	41,68	7.781.875	7.051.473	11,62	41,68
Despesas Primárias de Capital	3.780.090	3.651.555	5,64	21,58	3.902.943	3.651.555	5,83	21,58	4.029.789	3.651.555	6,02	21,58
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Primário (III) = (I - II)	136.758	132.108	0,20	0,78	140.978	131.897	0,21	0,78	145.327	131.686	0,22	0,78
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	90.000	86.940	0,13	0,51	93.150	87.150	0,14	0,52	96.410	87.361	0,14	0,52
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	54.225	52.381	0,08	0,31	55.987	52.381	0,08	0,31	57.807	52.381	0,09	0,31
Resultado Nominal - (VI) = (III + (IV - V))	172.533	166.667	0,26	0,99	178.141	166.667	0,27	0,99	183.930	166.667	0,27	0,99
Dívida Pública Consolidada	224.291	216.664	0,33	1,28	216.706	202.748	0,32	1,20	209.378	189.726	0,31	1,12
Dívida Consolidada Líquida	(705.539)	(681.548)	(1,05)	(4,03)	(256.420)	(239.904)	(0,38)	(1,42)	(311.424)	(282.194)	(0,47)	(1,67)

Receitas Primárias advindas de	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PPP (VII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Primárias geradas por	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PPP (VIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impacto do saldo das PPPs (IX) = (VII - VIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

ESPECIFICAÇÃO	Valor em R\$ 1,00
Valor efetivo (realizado) do PIB 2018	66.969.562

FONTE: Atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA-E

Fonte: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municípios.html?=&t=destaques>

- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

ESPECIFICAÇÃO	2022	2023	2024
PIB real (crescimento % anual)	2,33	2,50	2,50
Meta Taxa Selic (média % a.a.)	6,00	6,50	6,25
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	5,25	5,00	5,00
Inflação média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação (IPCA)	3,61	3,25	3,25
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	69.387.163	71.042.246	73.970.619

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2022	2023	2024
Valor Corrente/1,0352	Valor Corrente/1,06884	Valor Corrente/1,10358

FONTE: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus/01042021>

Timbaúba dos Batistas/RN, 28 de julho de 2021.

IVANILDO ARAUJO DE ALBUQUERQUE FILHO

Prefeita Municipal

RONIE PEREIRA DE MEDEIROS

Secretária Municipal de Finanças, Tributação e Arrecadação

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Município de Timbaúba dos Batistas

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior Art. 4º, §2º, inciso I da LRF

EXERCÍCIO DE 2022

R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas		% PIB	% RCL	Metas Realizadas		% PIB	% RCL	Variação	
	2020 (a)	2020 (b)			2020 (b)	2020 (c)			Valor (c) = (b - a)	% (c/a) x 100
Receita Total	20.096.110	20.096.110	30,008	144,076	14.346.305	21,422	102,853	-5.749.805	-5.749.805	
Receitas Primárias (I)	19.799.803	19.799.803	29,565	141,951	14.340.994	21,414	102,815	-5.458.809	-5.458.809	
Despesa Total	20.096.110	20.096.110	30,008	144,076	15.138.901	22,606	108,536	-4.957.209	-4.957.209	
Despesas Primárias (II)	19.885.325	19.885.325	29,693	142,564	14.605.504	21,809	104,712	-5.279.821	-5.279.821	
Resultado Primário (III) = (I-II)	85.522	85.522	-0,128	-0,613	-264.510	-0,395	-1,896	-178.988	-178.988	
Resultado Nominal	-128.517	-128.517	-0,192	-0,921	-275.938	-0,412	-1,978	-147.421	-147.421	
Dívida Pública Consolidada	348.118	348.118	0,520	2,496	319.779	0,477	2,293	-28.339	-28.339	
Dívida Consolidada Líquida	-1.392.939	-1.392.939	-2,080	-9,986	-154.192	-0,230	-1,105	1.238.747	1.238.747	

Nota:

PIB Estadual para 2018

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Valor estimado do PIB Estadual para 2018	66.969.562,00

Fonte: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=destaques>**IVANILDO ARAUJO DE ALBUQUERQUE FILHO**

Prefeito Municipal

RONIE PEREIRA DE MEDEIRO

Secretária Municipal de Finanças, Tributação e Arrecadação

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Município de Timbaúba dos Batistas

ANEXO DE METAS FISCAIS

4,31	4,52	4,81	3,52	3,25	3,25
VALORES DE REFERÊNCIA					
Valor Corrente x 1,09547	Valor Corrente	Valor Corrente	Valor Corrente / 1,0352	Valor Corrente / 1,06884	Valor Corrente / 1,1036

* Inflação Média (% anual) projetada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE.

Timbaúba dos Batistas/RN, 28 de julho de 2021.

IVANILDO ARAUJO DE ALBUQUERQUE FILHO

Prefeito Municipal

RONIE PEREIRA DE MEDEIROS

Secretária Municipal de Finanças, Tributação e Arrecadação

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Município de Timbaúba dos Batistas

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI - Evolução do Patrimônio Líquido Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

EXERCÍCIO DE 2022

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	2019	2018	%
Patrimônio/Capital	-	-	-	0,00%
Reservas	-	-	-	0,00%
Resultado Acumulado	7.139.012	6.203.620	6.434.822	86,90%
TOTAL	7.139.012	6.203.620	6.434.822	87%

REGIME PREVIDENCIÁRIO	2020	2019	2018	%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				

Patrimônio/Capital	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Reservas	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Resultado Acumulado	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
TOTAL	-	-	-	-	-

FONTE: Balanço Patrimonial do Município relativo aos exercícios de referência.

Timbaúba dos Batistas/RN, 28 de julho de 2021.

IVANILDO ARAUJO DE ALBUQUERQUE FILHO

Prefeito Municipal

RONIE PEREIRA DE MEDEIROS

Secretária Municipal de Finanças, Tributação e Arrecadação

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Município de Timbaúba dos Batistas

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF EXERCÍCIO DE 2022

RECEITAS REALIZADAS	2020 (a)	2019 (d)	2018
RECEITA DE CAPITAL			
Receita de Alienação de Ativos	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	2020 (b)	2019 (c)	2018
LIQUIDADAS			
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.			
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

	(c)=(a-b)+(f)	(d)=(d-e)+(g)
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (III) = (I - II)	0,00	0,00

Notas: Não houve movimentação.

Timbaúba dos Batistas/RN, 28 de julho de 2021.

IVANILDO ARAUJO DE ALBUQUERQUE FILHO

Prefeita Municipal

RONIE PEREIRA DE MEDEIROS

Secretária Municipal de Finanças, Tributação e Arrecadação

DEMONSTRATIVO VI – AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Município de Timbaúba dos Batistas

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

EXERCÍCIO DE 2022

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a") R\$1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
PLANO PREVIDENCIÁRIO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020	
Receita de Contribuições dos Segurados	-	-	-	
Civil	-	-	-	
Ativo	-	-	-	
Inativo	-	-	-	
Pensionista	-	-	-	
Militar	-	-	-	
Ativo	-	-	-	
Inativo	-	-	-	
Pensionista	-	-	-	
Receita de Contribuições Patronais	-	-	-	
Civil	-	-	-	
Ativo	-	-	-	
Inativo	-	-	-	
Pensionista	-	-	-	
Militar	-	-	-	
Ativo	-	-	-	
Inativo	-	-	-	
Pensionista	-	-	-	
Em Regime de Parcelamento de Débitos	-	-	-	
Receita Patrimonial	-	-	-	
Receitas Imobiliárias	-	-	-	
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	
Receita de Serviços	-	-	-	
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	-	-	-	
Outras Receitas Correntes	-	-	-	
Demais Receitas Correntes	-	-	-	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	-	
RECEITAS DE CAPITAL (II)	-	-	-	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-	
Amortização de Empréstimos	-	-	-	
Outras Receitas de Capital	-	-	-	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (III) = (I + II)	-	-	-	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS				
ADMINISTRAÇÃO (IV)	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020	
Despesas Correntes	-	-	-	
Despesas de Capital	-	-	-	
PREVIDÊNCIA (V)	-	-	-	
Benefícios - Civil	-	-	-	
Aposentadorias	-	-	-	
Pensões	-	-	-	
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	

Benefícios - Militar	-	-	-
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	-	-	-
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020

VALOR	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020
VALOR			
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
BENS E DIREITOS DO RPPS	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Investimentos e Aplicações			
Outro Bens e Direitos			
PLANO FINANCEIRO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020
RECEITAS CORRENTES (VIII)	-	-	-
Receita de Contribuições dos Segurados	-	-	-
Civil	-	-	-
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar	-	-	-
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais	-	-	-
Civil	-	-	-
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar	-	-	-
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Em Regime de Parcelamento de Débitos			
Receita Patrimonial	-	-	-
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	-	-	-

Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X) = (VIII + IX)	-	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020	
ADMINISTRAÇÃO (XI)	-	-	-	
Despesas Correntes				
Despesa de Capital				
PREVIDÊNCIA (XII)	-	-	-	
Benefícios - Civil				
Aposentadorias				
Pensões				
Outros Benefícios Previdenciários				
Benefícios - Militar				
Reformas				
Pensões				
Outros Benefícios Previdenciários				
Outras Despesas Previdenciárias				
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS				
Demais Despesas Previdenciárias				

TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + XII)	-	-	-	
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X - XIII)	-	-	-	
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020	
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras				
Recursos para Formação de Reserva				

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
Município de Timbóbio dos Batistas				
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS				
ANEXO DE METAS FISCAIS				
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
EXERCÍCIO DE 2022				
AMF – Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a.")				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício anterior) + (c)
2020				RS 1,00
2021				
2022				
2023				
2024				
2025				
2026				
2027				
2028				
2029				
2030				
2031				
2032				
2033				
2034				
2035				
2036				
2037				
2038				
2039				

2040									
2041									
2042									
2043									
2044									
2045									
2046									
2047									
2048									
2049									
2050									
2051									
2052									
2053									
2054									
2055									
2056									
2057									
2058									
2059									
2060									
2061									
2062									
2063									
2064									
2065									

Timbaúba dos Batistas/RN, 28 de julho de 2021.

IVANILDO ARAUJO DE ALBUQUERQUE FILHO

Prefeito Municipal

RONIE PEREIRA DE MEDEIROS

Secretária Municipal de Finanças, Tributação e Arrecadação

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Município de Timbaúba dos Batistas

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF EXERCÍCIO DE 2022

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA		COMPENSAÇÃO
			2022	2023	
		SEM MOVIMENTO	-	-	-
TOTAL			-	-	-

Notas: O Município não Trabalha com a Hipótese de que haja renúncia de Receitas para o Período Demonstrado.

Timbaúba dos Batistas/RN, 28 de julho de 2021.

IVANILDO ARAUJO DE ALBUQUERQUE FILHO

Prefeito Municipal

RONIE PEREIRA DE MEDEIROS

Secretária Municipal de Finanças, Tributação e Arrecadação

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Município de Timbaúba dos Batistas

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF EXERCÍCIO DE 2022

EVENTO	2022
Aumento Permanente da Receita*	1.029.108
(-) Transferências Constitucionais	-

(c) Transferências ao FUNDEB**	-
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	1.029.108
Redução Permanente de Despesas (II)***	488.049
Margem Bruta (III) = (I + II)	1.517.157
Saldo Utilizado (IV)	-
Imposto de Novas DOCC	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III - IV)	1.517.157

Notas: *Média do Crescimento da Receita Total de 2017-2020.

**Despesa Orçada em 2021 no elemento 31900400 (Cont. por Tempo Determinado).

Timbaúba dos Batistas/RN, 28 de julho de 2021.

IVANILDO ARAUJO DE ALBUQUERQUE FILHO

Prefeito Municipal

RONIE PEREIRA DE MEDEIROS

Secretária Municipal de Finanças, Tributação e Arrecadação

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Município de Timbaúba dos Batistas

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE RISCOS FISCAIS

EXERCÍCIO DE 2022

ARF (LRF, art 4o, § 3o) R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais			

Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes	224.290,97		224.290,97
SUBTOTAL	224.290,97		224.290,97
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS			
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação			
Restituição de Tributos a Maior			
Divergência de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	224.290,97	SUBTOTAL	224.290,97
TOTAL		TOTAL	

FONTE:

Nota:

Passivos Contingentes: obrigações em processos, ações trabalhistas, indenizações, desapropriações, etc.

Riscos Fiscais: Emergência, calamidade pública, frustrações de arrecadação prevista, despesas planejadas a menor. Eventos Fiscais Imprevistos: extinção de tributos, ocorrência imprevista em execução de obra, campanhas não previstas.

Timbaúba dos Batistas/RN, 28 de julho de 2021.

IVANILDO ARAUJO DE ALBUQUERQUE FILHO

Prefeito Municipal

RONIE PEREIRA DE MEDEIROS

Secretária Municipal de Finanças, Tributação e Arrecadação

Publicado por:
Juciane Fabia dos Santos Souza
Código Identificador:3E796F65